

**ATA Nº. 12 - REUNIÃO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS
ELEITORAIS DO BRASIL
CURITIBA / PR – 20/12/1998**

Aos dezenove e vinte dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, as quatorze horas, reuniu-se, ordinariamente, nas dependências do Grand Hotel Rayon, situado em Curitiba, no Paraná, o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, presentes os Desembargadores Ciro Facundo de Almeida (AC), Geraldo Tenório Silveira (AL), Roberto Hermidas do Aragão (AM), Dôglas Evangelista Ramos (AP), Jamil Pereira de Macedo (GO); Rubens Xavier Ferreira (MG), Rêmolo Letteriello (MS), José Tadeu Cury (MT), Elzaman da Conceição Bittencourt (PA), João Menezes da Silva (PI), Altair Ferdinando Patitucci (PR), Martinho Álvares da Silva Campos (RJ), Ivan Meira Lima (RN), Élvio Schuch Pinto (RS), Wilson Eder Graf (SC), Nelson Schiesari (SP) e Antônio Félix Gonçalves (TO); representando o TRE-PB o juiz José Edísio Simões Souto. O Presidente do Colégio, Desembargador Rêmolo Letteriello abriu os trabalhos convidando o secretário, Desembargador Eder Graf, a integrar a mesa. Após a aprovação da ata da reunião de Natal, passou, em seguida, a tratar das propostas de alteração na legislação eleitoral, elaboradas a partir das sugestões encaminhadas pelos TRE's. Salientou o trabalho realizado pelos Desembargadores Élvio e Graf na sistematização das mesmas, rogando ao primeiro que, na condição de relator da Comissão constituída para esse fim, explicasse o andamento. O Desembargador Élvio Schuch Pinto explicou que a proposta é longa, que são muitas as propostas, inclusive com algumas coincidentes e outras conflitantes. Entende que qualquer sugestão com esse teor terá dificuldade de tramitação e acolhimento no Congresso Nacional e sugere a redução para 15, 20 ou 30 pontos, no máximo, com triagem feita pela Comissão e conclusões apresentadas na próxima reunião do Colégio de Presidentes. Essa idéia foi aprovada imediatamente, ficando os membros da Comissão, Desembargadores Élvio, Jamil, Schiesari e Cury, responsáveis pelo enxugamento do texto apresentado até o relatório final a ser levado a

próxima reunião. Em seguida, passaram a tratar de assuntos gerais analisando, inicialmente, a situação crítica a que pode ser levada a Justiça Eleitoral em função do previsto na Emenda Constitucional da Reforma Administrativa e da chamada lei do subsídio a ser elaborada pelo Congresso Nacional. Após várias manifestações, ficou o Desembargador Nelson Schiesari como relator de Justificativa a ser encaminhada ao TSE para posterior envio aos legisladores sobre o assunto. O Desembargador Élvio reiterou que esse é o foro para elucidar a natureza indenizatória da gratificação eleitoral, no que foi reforçado pelo

Desembargador Eder Graf que referiu palestra feita pelo Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Diogo Moreira Neto, na mesma linha de raciocínio. Prometeu encaminhar cópia da mesma a todos os Presidentes. O Diretor-Geral do TSE, Ney Natal, que estava presente, informou que o TSE já está discutindo o assunto e que tem idêntica preocupação a manifestada pelo Colégio. Aproveitando o ensejo, o Secretário do Colégio deu conhecimento de sugestão apresentada pelo Desembargador Schiesari para que o discurso dos Presidentes de TRE's nas Sessões de Diplomação, principalmente as posições contrárias ao corte de recursos, fossem reunidas e publicadas, de preferência sob os auspícios do TSE. A proposta foi aceita, devendo os presentes encaminharem os textos até terça-feira, dia 23 de dezembro, para o TREISC, os quais serão reunidos pelo Desembargador Eder Graf e depois remetidos ao TSE. Na seqüência, o Presidente convidou o Diretor-Geral do TSE a prestar informações sobre assuntos encaminhados pelos Regionais. Ney Natal deu conhecimento: a) que questões como VPNI e 11,98%, reivindicações de servidores, discutidas na Sessão Administrativa da última quinta-feira (17/12), não tiveram conclusão, preferindo o Pleno aguardar decisão de mérito no STF, o que deve ocorrer no mês de março vindouro; b) que, em caso de ação judicial para cobrança, os TRE's devem remeter a questão para o TSE; c) que o TSE está tratando das reivindicações constantes da ata da reunião realizada em Natal-RN, tendo, inclusive, desarquivado projeto do Desembargador Celeste Rovani, ex-presidente do TRE-RS, que cria cargos na Justiça Eleitoral de primeiro grau. Acrescentou que projeto de lei prevendo a extinção do cargo

de escrivão eleitoral em troca de dois cargos de carreira nos Cartórios Eleitorais deverá ser encaminhado ao Congresso no início da administração do Ministro Nery da Silveira, em março vindouro. Por fim, o Presidente lembrou que esta é a última reunião que dirige, posto que encerra seu mandato no TRE-MS nos próximos dias. Agradeceu o apoio e participação, classificou como extraordinária experiência de vida o período em que esteve a frente dos TRE's e fez rápido relato das ações desenvolvidas. Logo prestou contas de sua administração que recebeu um saldo de R\$ 351,39 (trezentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos) e a encerra com saldo igualmente positivo de R\$ 149,66 (cento e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos), tendo movimentado mais de dezessete mil reais. Esclareceu que o saldo diminuiu em função do Colégio assumir pagamento de inscrições de funcionários de TRE's no evento realizado em Campo Grande-MS. Lembrou que o Desembargador Jamil deve assumir a Presidência, cabendo depois ao Desembargador Eder Graf que terá a responsabilidade de presidir a Assembléia Geral Ordinária que elegerá nova diretoria. O Desembargador Jamil manifestou desejo de não assumir, porque o faria por apenas dez dias, no que foi imediatamente contestado pelo Desembargador Graf, sob o argumento de que a Presidência do Colégio deve integrar o currículo do Presidente do TRE-GO. Foi, então, definido que a AGO será realizada na cidade de Palmas, Tocantins, nos dias 4, 5 e 6 de março de 1999. O Desembargador Eder Graf pediu a palavra para dizer que a função de Secretario do Colégio não tem grande rendimento, do ponto de vista funcional, posto que este trabalho é realizado por servidores de Tribunais. Sugeriu que o Colégio estude a criação, mesmo que informal, de uma Secretaria Executiva, desempenhada por dois ou três funcionários. Argumentou que isto daria um sentido de unidade e uma linha de seguimento nas atividades. Lembrou a atuação dos servidores Ana Eloise e Kátia Sombrio, do TRE-SC, e Joabel Pereira, do TRE-RS. A proposta foi bem recebida e será discutida na próxima Assembléia Ordinária. Retomando, o Presidente do Colégio lembrou que de alguma forma esse trabalho vem sendo realizado pelo Assessor de Comunicação Social do TRE-RS, Joabel Pereira, que participa de todas as reuniões que o Colégio até aqui realizou. Elogiou seu desempenho e

pediu uma salva de palmas como sinal de reconhecimento. Em seguida, mais uma vez agradecendo apoio e colaboração recebidos, aceitou o convite do Desembargador Antônio Félix Gonçalves, prometendo estar em Tocantins na próxima reunião do Colégio e encerrou os trabalhos. E nada mais havendo a tratar, para constar, foi lavrada a presente ata que será assinada por mim, Desembargador Wilson Eder Graf, que a secretariei, pelo Desembargador Rêmolio Letteriello, que a presidiu, e pelos demais presentes, devendo a lista de assinaturas da folha de presença fazer parte integrante desta, que será submetida à aprovação na próxima reunião do Colégio de Presidentes.

LISTA DE PRESENCAS DA XII REUNIÃO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Curitiba-PR, 19 e 20 de dezembro de 1998.

(a) Ciro Facundo de Almeida (AC); Geraldo Tenório Silveira (AL); Arnaldo Carnpelo C. Peres (AM); Dôglas Evangelista Ramos (AP); Jamil Pereira de Macedo (GO); Rubens Xavier Ferreira (MG); Rêmolio Letteriello (MS); José Tadeu Cury (MT); Elzaman da Conceição Bittencourt (PA); Antônio Elias de Queiroga (PB); João Menezes da Silva (PI); Martinho Álvares da Silva Campos (RJ); Ivan Meira Lima (RN); Élvio Schuch Pinto (RS); Wilson Eder Graf (SC); Nelson Schiesari (SP); e Antônio Félix Gonçalves (TO).